



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9173 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT20 - Psicologia da Educação

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS A PARTIR DA PERSPECTIVA CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Christiane Jacqueline Magaly Ramos - USP- Universidade de São Paulo

Marilene Proença Rebello de Souza - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS A PARTIR DA PERSPECTIVA CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

RESUMO

A pesquisa toma por objeto de estudo a formação inicial de professores e tem por objetivo analisar um dos modelos formativos para profissionalização, implantado no estado de São Paulo, denominado Programa Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade. A formação inicial de professores é uma instância marcada pelas contradições, tais como: a expansão de vagas no setor privado e o aligeiramento da formação por meio da modalidade EaD. Adota-se a perspectiva crítica da Psicologia Escolar e Educacional como referencial teórico de análise. Trata-se de pesquisa qualitativa documental, analisando 12 documentos oficiais. Os resultados destacam que o Programa: a) inaugura proposta que articula instâncias formativas institucionais; b) responde às tendências teóricas internacionais que destacam a relação teoria e prática/escola-Universidade; c) centra-se na alfabetização com base na teoria construtivista; d) remete ao dilema público-privado de financiamento. Defende-se a importância deste modelo formativo de participação ativa do estudante, realizado na escola, por meio de uma investigação didática, articulando teoria e prática, produzindo um conjunto de aprendizagens fundamentais que deveria ser implementada enquanto política pública. Apresentam-se como desafios ao Programa: o modelo de financiamento e a necessidade de ampliação para demais Licenciaturas.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores; Psicologia Educacional; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA PROBLEMÁTICA ESTUDADA

A pesquisa toma por objeto de estudo a formação inicial de professores e analisa uma proposta de modelo formativo para profissionalização, implantado no estado de São Paulo, a partir da perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional. A formação inicial de professores é um campo historicamente marcado por disputas no âmbito das políticas educacionais e influenciado pelos interesses político-partidários e pelas políticas sociais e econômicas de governos nas instâncias federal, estadual e municipal (SANTOS, 2017; LEHER, 2019). Do ponto de vista da Legislação Brasileira, a formação inicial de professores

recebe uma atenção especial e comparece como prioridade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), na Lei N° 12.056, de 13 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009) e mais recentemente na Resolução no.2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

No que tange às matrículas de estudantes em Instituições de Ensino Superior - IES no Brasil, o Censo de 2019 nos informa que 88,4% das matrículas estão nas IESs privadas e somente 11,6% nas públicas. Este dado reitera a existência de uma política nacional de educação superior de incentivo ao ensino privado, que teve início nos anos 1970 (MEC/Inep: Notas Estatísticas, 2019). Dessa forma, a formação inicial de professores para atuar na educação básica segue a mesma tendência nacional, ou seja, tem como instituições formadoras aquelas advindas do setor privado de ensino superior, em sua grande maioria. Além disso, amplia-se a modalidade de formação a distância, fruto da pressão do setor privado sobre o Ministério da Educação. Mas, mesmo considerando a expansão da formação inicial de professores nas modalidades presencial e EAD e a oferta de vagas no setor público, há ainda um grande contingente de vagas de docência na educação básica, principalmente do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, que não são ocupadas.

Esta realidade tem levado o setor público a constituir uma série de programas visando incentivar a formação e a participação de jovens na carreira docente, a saber: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid, Residência Pedagógica e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. É nesse contexto que o Estado de São Paulo implementou o Programa Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade, com a participação predominante de estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia. Esta iniciativa, pela sua originalidade, abrangência e investimento será objeto de análise neste resumo expandido.

MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar o modelo de apoio à formação inicial de professores, na educação básica, implantado no Governo do Estado de São Paulo, no Programa Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade, de 2007 a 2016. Trata-se de pesquisa qualitativa, estruturada a partir de duas dimensões: documental e empírica. Neste resumo, será analisada a dimensão documental composta por 12 documentos oficiais, que normatizam o Programa, expedidos pelo governador ou secretários de educação do Estado de São Paulo. Tais documentos foram analisados e discutidos utilizando-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), destacando-se os seguintes aspectos sobre o modelo formativo do Programa: a) inaugura proposta que articula instâncias formativas institucionais; b) responde às tendências teóricas internacionais que destacam a relação teoria e prática/escola-Universidade; c) centra-se na alfabetização com base na teoria construtivista; d) remete ao dilema público-privado de financiamento.

PROGRAMA BOLSA FORMAÇÃO - ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE: FINALIDADE E DESENHO DO MODELO FORMATIVO

O Programa Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade foi instituído por meio do Decreto Estadual N° 51.627/2007. Aderiram ao Programa 102 IES, com prevalência das Faculdades privadas, contando com a participação de 16.578 estudantes participantes dos

cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras, na modalidade presencial, atingindo 35 municípios do estado de São Paulo. O total do investimento público foi de 250 milhões, distribuídos às IES.

A análise dos documentos permite considerar que este Programa tem por finalidade superar as dificuldades encontradas na formação inicial de professores, bem como produzir melhoria da qualidade do ensino nos anos iniciais, com ênfase no processo de alfabetização. Possibilitou que os estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia tivessem a experiência, de um a três anos, de acompanhar um professor do 2º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos, na rede pública estadual de ensino. Para atender aos objetivos propostos, este Programa estabeleceu a participação das seguintes instâncias institucionais formadoras: a) Secretaria de Estado da Educação; b) Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE; c) Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo - CEE-SP; d) Diretorias Regionais de Ensino; e) Escolas da Rede Pública de Ensino; f) Instituições de Educação Superior - IESs.

Esta estrutura possibilita uma dupla produção de conhecimento, à medida em que leva para a escola pública o que se produz academicamente, e, da sala de aula dos anos iniciais, a vivência e a experiência para a academia, criando espaços de produção e articulação de saberes e práticas. Neste modelo formativo, os estudantes universitários tiveram a possibilidade de acompanhar, por um longo período, desde o início da sua formação acadêmica, a realidade escolar de uma sala de aula do 2º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos da rede pública estadual paulista e, posteriormente, discutir com o professor-orientador, nos encontros que eram realizados semanalmente, o que acontece no interior da sala de aula e nos bastidores da escola. Nesse sentido, a participação ativa dos estudantes na escola e em discussão com seus pares, produziram uma compreensão das problemáticas da vida diária escolar (MALDONADO, 2002; ZIBETTI, 2011). Em entrevista concedida à Carlota Boto (2018), Nóvoa ressalta também a importância da forte relação entre a Universidade e as redes escolares, considerando que esta seja "a chave para a mudança da formação de professores" (BOTO, 2018, p.20). Ressalta-se que esta dimensão do modelo formativo é defendida pela Psicologia Escolar e Educacional. Como analisa Checchia (2020), a formação de professores para atuar nos anos iniciais precisa incluir o processo de escolarização, constituído pelas dimensões pedagógicas, relacionais, institucionais e culturais e possibilitar aos futuros professores uma articulação entre teoria e prática.

Outro aspecto importante do modelo formativo deste Programa está na centralidade do processo de alfabetização, centrado no Programa de Alfabetização Ler e Escrever, de base construtivista, principal pilar da formação de professores dos anos iniciais com volumosa produção de materiais didáticos e cursos de formação para a rede pública estadual paulista (YAMAMOTO; SOUZA, 2015). A análise dos dados educacionais revelam os desafios ainda postos para a qualificação docente no que tange a apropriação da leitura e da escrita.

No entanto, há um ponto polêmico neste Programa referente ao seu financiamento, transferindo recursos públicos ao setor privado. Este trabalho comunga com os autores que questionam tal aspecto, e defende que a verba pública deve ser empregada, exclusivamente, no setor público (GATTI *et al.*, 2019). Ao mesmo tempo, levanta-se a questão: como o Estado pode intervir na busca por uma melhor qualificação da formação inicial de professores, considerando que a maioria dos professores que atuam na rede pública estadual paulista é oriunda da rede privada? Seriam tais repasses um investimento indireto para a formação do futuro professor da rede estadual de ensino?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que esta pesquisa trouxe elementos que merecem destaque para uma política pública de formação inicial de professores, pois possibilitou que os estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia pudessem, tanto acompanhar o professor regente por um período mais longo em uma sala de aula do 2º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos, da escola da rede pública estadual, como conhecer os desafios da escolarização, com ênfase para o processo de alfabetização, os bastidores da escola, tais como reuniões de Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) e o contato com as Diretorias Regionais de Ensino.

O Programa se mostrou relevante a partir do momento em que a Secretaria de Estado da Educação, em articulação com a FDE e o CEESP, viabilizou a execução deste junto as IESs. Consideramos expressivo pelo seu alcance e abrangência, devido à participação significativa de IESs privadas no Estado de São Paulo, bem como o envolvimento com a rede pública de ensino, disponibilizando espaços de formação específica aos estudantes, via encontros semanais com o professor orientador da IES para discutir e refletir sobre a experiência vivida na escola, proporcionando uma investigação didática, ou seja, considera que desde o início da formação inicial existiu o incentivo à pesquisa e responde as tendências teóricas internacionais (Nóvoa, 2019).

Em síntese, os resultados desta pesquisa revelam que se trata de um Programa que deve ser entendido como, relevante estratégia de enfrentamento para a melhoria da qualidade da formação inicial de professores e com reflexos importantes para a alfabetização nos anos iniciais da educação básica. Para que este Programa se torne uma política pública de formação inicial de professores precisará vencer dois grandes desafios identificados nesta pesquisa: modelo de financiamento adotado e a necessidade de ampliação para as demais Licenciaturas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Organização da Análise. In: _____. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa. Edições 70, 2011, p.95-115.

BOTO, C. António Nóvoa: uma vida para a educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e201844002003, nov. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201844002003>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I, p.27833.

_____. Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 out. 2009. Seção I, p.1.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2019**: notas estatísticas. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatis. Acesso em: junho.2021.

_____. Resolução CNE/CP Nº 2, 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2019a. Seção I,

p.115-119.

CHECCHIA, A. K. A. **Contribuições da Psicologia Escolar para a formação de professores:** um olhar para a disciplina Psicologia da Educação. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020. v. 1. 388p.

GATTI, B. A. et al. **Professores do Brasil:** novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

LEHER, R. **Mercantilização da educação.** In: _____. Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. p.155-179.

MALDONADO, R. M. **Los saberes docentes como construcción social:** la enseñanza centrada en los niños. México: Fondo de Cultural Económica, 2002. 231p.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p.1-15, e84910, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 51.627, de 1 de março de 2007a. Institui o Programa Bolsa Formação Escola Pública e Universidade. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 2 mar. 2007. Seção I, v.117, n.41. Acesso em: 20 mar. 2016.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, v.23, p.129-149, 2010.

ZIBETTI, M. L. T. **Perspectiva histórico-crítica de educação e formação de professores:** implicações para o PIBID. In: Francisco Júnior, W. E.; Zibetti, M. L. T. (Orgs.). PIBID: Novos ou velhos espaços formativos? São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, v.1, p.17-34.

YAMAMOTO, K; SOUZA, M. P. R. **Projeto Intensivo de Ciclo I:** um estudo de caso etnográfico a partir da Psicologia Escolar. In: Zibetti, M. L. T.; Souza, M. P. R.; Barroco, S.S.M (Org.). Psicologia, políticas educacionais e escolarização. 1 ed. Florianópolis: Pandion, 2015, v.1, p.113-134.